

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA

LAURA SILVA DULCI



A Tradução Feminista na formação da tradutora:
uma proposta de disciplina optativa para os cursos de Graduação em Tradução

Uberlândia/MG

2022

LAURA SILVA DULCI

A Tradução Feminista na formação da tradutora:
uma proposta de disciplina optativa para os cursos de Graduação em Tradução

Monografia apresentada ao Curso de Tradução do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Tradução.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Maria de Jesus

Uberlândia/MG

2022

LAURA SILVA DULCI

A Tradução Feminista na formação da tradutora:
uma proposta de disciplina optativa para os cursos de Graduação em Tradução

Monografia apresentada ao Curso de Tradução do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Tradução

Banca de Avaliação:

Profa. Dra. Silvana Maria de Jesus – UFU
Orientador

Profa. Dra. Luciana Carvalho Fonseca – USP
Membro

Profa. Dra. Marileide Dias Esqueda – UFU
Membro

Uberlândia/MG, 24 de março de 2022

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Norma e meu pai Alberto, vocês são a minha vida.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Silvana Maria de Jesus, pela paciência e dedicação.

Ao meu irmão João, por sempre ser uma inspiração para mim.

À Aieska, por nunca soltar minha mão.

Ao Manuel, pelo amor, apoio e companheirismo.

À Paula, por me apresentar o curso de Tradução.

Ao Guilherme, por sempre estar presente, mesmo longe.

A todos os amigos e amigas da vida que contribuíram de alguma forma para essa realização, e a todos os amigos e amigas feitos nestes últimos quatro anos, em especial Anne, Iara, Guilherme Duarte, Felipe Persch, Felipe André e Roger, não só pela amizade, mas também pelos ensinamentos e pelas risadas.

Aos meus primos e primas, pelo elo inquebrável da família.

Às minhas tias e tios, por sempre estarem lá quando eu precisei.

Aos docentes do curso de Tradução e todos os outros professores do Instituto de Letras e Linguística com quem tive contato, em especial os professores Dr. Ariel Novodvorski e Dr. Sergio Guilherme Cabral Bento, pelo aprendizado e pela disponibilidade.

Ao técnico Fernando de Oliveira Silva, pela paciência e amizade.

Ao grupo de estudo sobre Tradução Feminista da USP, e suas participantes, por sempre me ensinar algo novo sobre este campo que me encanta cada vez mais.

Whether affirmed or denounced, the femininity of translation is a persistent historical trope. "Woman" and "translator" have been relegated to the same position of discursive inferiority. The hierarchical authority of the original over the reproduction is linked with imagery of masculine and feminine; the original is considered the strong generative male, the translation the weaker and derivative female.

(Sherry Simon)

RESUMO

O presente trabalho visa propor uma disciplina de Tradução Feminista voltada para os cursos de graduação em Tradução. Começamos nossa proposta com uma investigação sobre a existência prévia de uma disciplina voltada para o tema, e concluímos que não havia nenhuma. Em seguida, justificamos a proposta de inserir a Tradução Feminista nos cursos de graduação. A terceira etapa foi a elaboração dos pontos selecionados para a disciplina: uma breve contextualização sobre o Movimento Feminista; o surgimento da Escola Canadense de Tradução Feminista; as teorias contemporâneas sobre Tradução Feminista; e a prática da Tradução Feminista. Concluímos este trabalho com uma retomada dos pontos explicitados anteriormente, e com a composição de uma proposta de ficha de disciplina de Tradução Feminista baseado no modelo da Universidade Federal de Uberlândia.

Palavras-chave: Tradução Feminista. Feminismo. Formação de Tradutoras. Tradução e Gênero. Tradutora.

ABSTRACT

This paper aims to propose a course on Feminist Translation for the undergraduate Translation program. We begin our proposal with an investigation on the previous existence of a course on the theme, and we concluded there were none. After that, we justify the proposal of inserting the Feminist Translation on undergraduate degrees. The third step was the development of the selected topics for the classes: a brief contextualisation on the Feminist Movement; the emergence of the Canadian School of Feminist Translation; the contemporary theories about Feminist Translation; and the practice of Feminist Translation. We concluded this work by summarizing the topics presented before, and by elaborating the course program on Feminist Translation, according to the model of the Federal University of Uberlândia.

Key-words: Feminist Translation. Feminism. Translator's Training. Translation and Gender. Translatress.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. A TRADUÇÃO FEMINISTA NA FORMAÇÃO DA TRADUTORA	13
CAPÍTULO 2. UM PANORAMA DA TRADUÇÃO FEMINISTA	18
2.1 O MOVIMENTO FEMINISTA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	18
2.2 O SURGIMENTO DA TRADUÇÃO FEMINISTA: A ESCOLA CANADENSE.....	25
2.3 AS TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DE TRADUÇÃO FEMINISTA.....	28
2.4 A PRÁTICA DA TRADUÇÃO FEMINISTA.....	30
CAPÍTULO 3. A PROPOSTA DA DISCIPLINA	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

O ato de traduzir foi usado como meio de inserção de mulheres ao mundo das letras, principalmente na Europa Medieval e durante o Renascimento. Como não podiam publicar como autoras, as mulheres se voltavam para a tradução como forma pública de expressão, o que continuou como uma forma de aprendizagem de escrita para as mulheres nos séculos XIX e XX. É interessante apontar que, de acordo com Olga Castro (2009, p.70), em alguns casos, como na Grã-Bretanha do século XVIII, apenas os homens podiam traduzir das línguas “clássicas e de prestígio” — como o latim e o grego —, enquanto às mulheres restavam os textos literários “efêmeros e secundários”, nas línguas modernas — como o francês. A tradução também era importante para os movimentos sociais dos quais as mulheres faziam parte, como a luta contra a escravidão, como explica Sherry Simon (2003). Sobre a atuação das mulheres como tradutoras, Castro (2009, p.70-71) aponta que:

Desta forma, a tradução atua como um instrumento de libertação que resgata as mulheres do silêncio imposto a elas como autoras, e permite que entrem no mundo literário como tradutoras; mas ela também age como um instrumento de opressão, porque relega as mulheres aos limites do discurso¹.

De acordo com Pâmela Berton Costa e Lauro Maia Amorim (2019, p.1231), “há registros de textos que datam de várias décadas e até vários séculos atrás escritos por tradutoras que refletiam sobre a condição de subalternidade tanto do sexo feminino, quanto da tradução”. No Brasil, com a vinda da família real em 1808, houve um “considerável aumento da publicação de traduções para o português”, o que aumentou também o número de tradutoras no país nos séculos XIX e XX. Dentre elas, citamos Josefina Álvares de Azevedo, que traduziu a obra *A solidariedade feminina*, de Eugénie Potonié, responsável por influenciar o Movimento Feminista brasileiro.

Optar por uma abordagem feminista em qualquer área significa, de acordo com Louise von Flotow e Farzaneh Farahzad (2017, p.14), “expor como as mulheres vivenciam um mundo que é tão essencialista, e como vivenciam a feminilidade

¹ Tradução nossa a partir do original: “De esta forma la traducción actúa como instrumento liberador, al rescatar a las mujeres de un silencio impuesto como autoras permitiéndoles la entrada en el mundo literario como tradutoras, pero también como instrumento opresor, porque las condena al margen del discurso.”

(“*womanhood*”) em um contexto essencialista”, onde o “binarismo homem e mulher se mantém através dos sistemas, burocracias e instituições, legais e civis, além da cultura, moda e tradições populares”. Soma-se a isso o conceito de Carla Cristina Garcia (2018) de uma “ação feminista” enquanto um movimento de crítica que as mulheres, de forma individual ou coletiva, realizam contra o patriarcado pela reivindicação de seus direitos.

Assim, como explicitam Luciana Carvalho Fonseca, Liliam Ramos da Silva e Dennys Silva-Reis (2020), o Feminismo é tido como um movimento de tráfego de ideias, “e igualmente de ativismo e de militância”, que compõe o “horizonte da Tradução Feminista”. Luise von Flotow (1991, p.74), então, define a Tradução Feminista como:

um subproduto direto do trabalho experimental de escritoras do Quebec. É um fenômeno intimamente conectado a uma prática de escrita específica em um ambiente ideológico e cultural específico e o resultado de uma conjuntura social específica. É uma abordagem à tradução que apropriou e adaptou muitas técnicas e teorias que fundamentam a escrita que é traduzida².

Observamos ainda, como argumenta José Santaemilia (2011), um maior número de mulheres como pesquisadoras e como objeto de estudo na academia. Além disso, é importante levar em consideração, ao longo deste trabalho, a ideia de gênero enquanto uma construção social, assim como a tradução enquanto transferência cultural (VON FLOTOW, 1997).

Neste trabalho, optamos por marcar o gênero feminino ao longo do texto, salvo raras exceções pontuais, com o objetivo de direcionar nossa fala para a leitora e tradutora. Nossa escolha não implica, no entanto, “defender um movimento de exclusão e substituição, mas propor relações sociais, políticas e culturais menos verticalizadas e mais horizontais, desestabilizando relações hegemônicas de poder que foram herdadas, replicadas e legitimadas por anos” (BATTISTAM, MARINS, KIMINAMI, 2021, p.4-5).

Como afirma Garcia (2018, p.13), “a tomada de consciência feminista transforma — inevitavelmente — a vida de cada uma das mulheres que dela se

² Tradução nossa, segundo o original: “*a direct spin-off from the experimental work by Quebec women writers; it is a phenomenon intimately connected to a specific writing practice in a specific ideological and cultural environment, the result of a specific social conjuncture. It is an approach to translation that has appropriated and adapted many of the techniques and theories that underlie the writing it translates*”.

aproximam”. Além disso, “o discurso, a reflexão e a prática feminista carregam também uma ética e uma forma de estar no mundo”. A escolha do tema sobre Tradução Feminista para esta monografia se deu, em grande parte, pelo interesse pessoal em ambas as áreas, a Tradução e o Feminismo. Nosso primeiro contato com a Tradução Feminista foi através de um curso de extensão sobre o tema, ofertado pela Universidade de São Paulo (USP) e ministrado pelas professoras Dra. Luciana Carvalho Fonseca e Dra. Marina Leivas Waquil. Em um dos encontros, houve uma breve colocação sobre a inexistência de uma disciplina voltada para a Tradução Feminista nos cursos de Tradução, o que eventualmente nos levou à proposta deste trabalho.

Assim como Olga Castro e Emek Ergun (2017, p.1), pretendemos contribuir para os debates acerca da relação entre Tradução e Feminismo, considerando a Tradução Feminista como uma “força substancial e uma forma de ativismo”, tendo em vista o papel de suma importância da Tradução nos Movimentos Feministas. Nosso objetivo é responder a três perguntas básicas: “A Tradução Feminista está presente nos currículos dos cursos de graduação em Tradução?”; “O que justifica a inserção da Tradução Feminista na graduação dos cursos de Tradução?”; e “Quais seriam os tópicos de uma disciplina de Tradução Feminista para a graduação?”.

Para a primeira pergunta, nossa hipótese é que a Tradução Feminista está presente nos currículos dos cursos de pós-graduação; a segunda hipótese é que os temas voltados para as populações excluídas têm se tornado cada vez mais relevantes na sociedade, e, felizmente, estão ganhando espaço na academia; e como última hipótese, temos os seguintes pontos da proposta da disciplina: i) a contextualização histórica da Tradução Feminista; ii) a Tradução Feminista na formação da tradutora; iii) a Tradução Feminista no contexto brasileiro; iv) a prática da Tradução Feminista ou estudo de traduções feitas sob o viés feminista; e v) possibilidades extensionistas sobre o tema. Retomaremos os desafios apresentados por esta proposta inicial nas conclusões deste trabalho.

Este trabalho se divide em três capítulos e nossas considerações finais. Em nosso primeiro capítulo, a Tradução Feminista na Formação da Tradutora, procuramos responder a primeira pergunta sobre a presença da Tradução Feminista nos cursos de graduação e pós-graduação, como também responder à pergunta sobre o que justifica o estudo da Tradução Feminista. O capítulo seguinte, o Contexto Histórico da Tradução Feminista, se divide em quatro tópicos que

abordam, respectivamente, uma breve contextualização sobre o Movimento Feminista; o surgimento da Escola Canadense de Tradução Feminista; as Teorias Contemporâneas de Tradução Feminista; e a Prática da Tradução Feminista. O terceiro e último capítulo, a proposta da disciplina propriamente dita, se divide em uma retomada pontual do conteúdo que propomos para a nossa disciplina e uma ficha completa segundo os moldes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Nossas considerações finais procuram sanar quaisquer dúvidas ou dificuldades que possam ter surgido ao longo desta monografia, como também concluir os raciocínios elaborados nas páginas anteriores.

CAPÍTULO 1. A TRADUÇÃO FEMINISTA NA FORMAÇÃO DA TRADUTORA

O ponto de partida de nossa pesquisa, como apresentado nos objetivos específicos na Introdução, foi a investigação da presença da Tradução Feminista nos currículos de graduação dos cursos de Tradução selecionados, ou seja, os onze Institutos de Ensino Superior (IES) públicos³ que ofertam o Bacharelado ou a Habilitação em Tradução, entre os vários cursos públicos e privados⁴ levantados e apontados por Patrícia Rodrigues Costa (2018). Após análise dos currículos, observamos que nenhum dos onze institutos possui uma disciplina, obrigatória ou optativa, voltada para o ensino da Tradução Feminista na graduação, e apenas a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) oferta uma disciplina que aborde questões de gênero, intitulada “Estudos De Tradução Literária: Escritas de Mulheres, Negros e Índios”⁵.

Em seguida, o mesmo processo foi realizado com os cursos de pós-graduação em Estudos da Tradução. Primeiro, foi feita uma pesquisa por meio da ferramenta *Google*, e encontramos doze IES públicos que ofertam pelo menos uma linha de pesquisa voltada para a Tradução⁶. Realizada então a investigação das disciplinas ofertadas por cada programa, o resultado foi, mais uma vez, que não há uma disciplina específica sobre a Tradução Feminista nos cursos de pós-graduação selecionados. No entanto, percebemos que a pós-graduação tem dado foco aos Estudos de Gênero. A USP, em seu programa de pós-graduação, apresenta, na Linha 1 “Tradução e Recepção”, o projeto de pesquisa intitulado: “Éticas e imaginários do feminino como condicionantes da tradução”, que “enfoca basicamente o imaginário do feminino, do ponto de vista da ética e dos estudos de

³ Os IES selecionados são: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal do Paraná; Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁴ De acordo com Costa (2018), até o ano de 2017, no Brasil havia 18 IES privadas que ofertavam o curso de Tradução. No entanto, por questão de delimitação, optamos por limitar nossa pesquisa apenas aos IES públicos.

⁵ Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/resumo_curriculo.jsf.

⁶ Os IES selecionados são: Universidade de Brasília (UNB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Ouro Preto (UFPO); Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

gênero (*Gender Studies*), em suas implicações para a tradução e recepção de textos em que essa temática é dominante⁷. Além disso, a USP também apresenta a disciplina “Mulheres e(m) Tradução”, no seu programa de pós-graduação.

Por fim, a UFPB oferta as seguintes disciplinas em seu programa de pós-graduação⁸:

- Estudos Decoloniais e Feministas;
- Tópicos Especiais em Estudos Decoloniais e de Gênero I e II;
- Teorias e Críticas Feministas;
- Tópicos Especiais em Literatura e Estudos de Gênero I e II;
- Estudos Culturais e Gênero na Literatura;
- Tópicos Especiais em Estudos Culturais e de Gênero I e II;
- Tópicos Especiais em Estudos Decoloniais e de Gênero I e II.

Concluimos, assim, a investigação de nossa primeira pergunta: “A Tradução Feminista está presente nos currículos dos cursos de graduação em Tradução?”, e a resposta é não. Além disso, contrariando nossa hipótese inicial, apresentada anteriormente, também não encontramos a Tradução Feminista nos programas de pós-graduação.

Se a Tradução Feminista não está presente nos cursos de Tradução, por que então estudá-la? E mais especificamente, por que estudá-la na graduação? Em nossa segunda pergunta de pesquisa — “O que justifica a inserção da Tradução Feminista na graduação dos cursos de Tradução?” — questionamos o porquê de uma disciplina de Tradução Feminista nos cursos de Tradução, e podemos começar a responder essa pergunta com uma reflexão de Castro (2009) que nos apresenta o início da relação entre o que ela denomina Feminismos e os Estudos da Tradução — levando em consideração um comentário pertinente da autora em relação ao caráter relativamente novo do próprio campo dos Estudos de Tradução e a importância de se observar o passado de qualquer paradigma, já que o campo apenas deixou de ser visto como um ramo de outras disciplinas recentemente, para então se tornar uma área independente de estudo.

⁷ Disponível em: <https://dlm.fflch.usp.br/linhas-e-projetos-de-pesquisa>.

⁸ Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=1877.

Castro (2009) aponta que, no começo da relação entre as duas disciplinas — termo utilizado pela autora de forma didática e reduzida —, os Estudos da Tradução experimentavam os efeitos da Virada Cultural (cf. SNELL-HORNBY, 2006), o que proporcionou, pelo menos em nível teórico, uma solução para as questões de fidelidade e equivalência que sempre estiveram presentes nos debates da área. Assim, a Virada Cultural — ou Virada Ideológica como Castro (2009) aponta — abre o caminho para que as questões culturais não sejam secundárias no trabalho de tradução. Desta forma, a transferência cultural passa a ser o foco, ao invés da transferência linguística. A tradutora, conseqüentemente, passa a ser aquela que interpreta o texto antes de traduzi-lo, e a tradução resultante é um produto dos sistemas sociais de partida e de chegada. Neste contexto, a Tradução Feminista influencia fortemente os Estudos da Tradução, trazendo a ideologia para o centro do debate (CASTRO, ERGUN, 2017).

O suposto papel neutro e invisível da tradutora passa a ser questionado e é aqui que se dá a interface entre Feminismo e Estudos da Tradução. As análises feitas pelas lentes culturais e ideológicas também faziam parte da organização do Feminismo, logo, a relação entre os dois campos seria mutualmente produtiva (CASTRO, 2009). Além disso, ocorre também, como apontam Claudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez (2013, p. 578), uma “necessidade” do Feminismo de participar “nos diálogos e trocas produtivas através das múltiplas fronteiras geopolíticas e teóricas” que surgem com o mundo globalizado e pós-colonial contemporâneo.

Observa-se, então, que não optar por uma ideologia específica nos Estudos da Tradução implica em assumir a ideologia dominante, ou seja, a patriarcal, que Castro (2009) explica ser predominante em todas as sociedades. Ocorre, portanto, uma dominância simbólica, e aqueles tradutores — usado aqui propositalmente no masculino — que não se atentarem para este fato podem acabar sendo usados como meios de disseminação e legitimação deste discurso dominante, onde essa ideologia se apresenta de forma velada, isto é, o tradutor pode ver esta dominação como algo natural, normal e de senso comum. É o que acontece, por exemplo, com o uso indiscriminado do gênero masculino como forma generalizante na língua portuguesa.

Ademais, se considerarmos a tradução como algo político, assim como Costa e Alvarez (2013) preconizam, sua relação com o Feminismo se torna um instrumento

de grande importância para os movimentos de “justiça social, antirracistas, pós-coloniais e anti-imperialistas”. Além disso, é importante levar em consideração as questões em torno dos polos de conhecimento e de pesquisa, e como as traduções de textos feministas não circulam de forma homogênea pelos países e entre as línguas.

Ocorre, também, um grande interesse na retomada de autoras e tradutoras perdidas na história. É um ato de “desenterrar os negligenciados trabalhos intelectuais e literários de mulheres”, como aponta Simon (2003), um movimento de trazer à luz a imagem da “*translatress*”⁹ — forma marcada no feminino da palavra “*translator*” (tradutor). Segundo Costa e Amorim (2019), essa retomada se deu nos últimos cinquenta anos. Há também uma crescente atenção para a relação entre Feminismo e Estudos da Tradução, como explicam Castro e Ergun (2017), o que confirma o “dinamismo e potencial para pesquisa” da interação entre os dois campos e, de acordo com Santaemilia (2011), o número de trabalhos resultantes da relação entre eles tem se multiplicado recentemente, o que pode ser comprovado por uma série de eventos, como publicações¹⁰ e conferências¹¹.

Por fim, como afirmam Fonseca, da Silva e Silva-Reis (2020, p. 211),

(...) ao colocarmos em circulação — por meio da prática e dos estudos da tradução — narrativas e experiências femininas na intenção de construir pedagogias decoloniais relacionadas ao gênero, a medição cultural assume um papel substancial nos encontros culturais decorrentes da aspiração em construir uma sociedade mais receptiva e menos violenta.

Essa discussão vai muito além dos limites dos Estudos da Tradução e perpassa toda a nossa estrutura social. Logo, inserir o tema na graduação implica na formação cidadã da discente para além dos conteúdos de formação profissional, promovendo senso crítico e consciência social que possam impactar nos processos de transformação da sociedade.

⁹ Segundo o dicionário Lexico Oxford online, a palavra *translatress* tem origem por volta do século XVII e atualmente é um termo datado.

¹⁰ Santaemilia (2011) cita a publicação de seu próprio trabalho e a de um livro pela editora da Universidade de Ottawa.

¹¹ Santaemilia (2011) cita uma conferência internacional sobre Mulheres e Tradução, organizada pela Universidade de Málaga, e uma conferência internacional sobre Gênero, organizada pela Universidade de Vic, ambas na Espanha; além de encontros internacionais realizados em Cosenza e Nápoles, na Itália, e em Swansea, no país de Gales.

Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa é construir uma proposta de disciplina de Tradução Feminista para a graduação. Buscando responder nossa última pergunta de pesquisa — “Quais seriam os tópicos de uma disciplina de Tradução Feminista para a graduação?” — e levando em consideração as pesquisas realizadas, reorganizamos os tópicos sugeridos em nossa hipótese que serão elaborados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2. UM PANORAMA DA TRADUÇÃO FEMINISTA

2.1 O Movimento Feminista: uma breve contextualização

O campo da Tradução Feminista ainda é relativamente novo e está fundamentado no próprio Movimento Feminista. Logo, o ponto introdutório deste trabalho, e da proposta de disciplina, é uma breve contextualização geral do Movimento Feminista, necessária para as discussões das possibilidades de multidisciplinaridade entre Tradução e Feminismo. Este tópico não estava presente na hipótese inicial, mas percebemos que ele é essencial para a disciplina.

A palavra Feminismo surge, como explica a autora Margaret Walters (2005), envolta por uma conotação negativa. A autora inclusive traz a palavra “*womanism*”, usada de forma pejorativa por alguns autores nos séculos XIX e XX. Além disso, Walters aponta que essa conotação negativa perdurou na Inglaterra até os anos 1960. Muitas autoras rechaçavam a denominação como “feministas”, possivelmente pelo crescente aparecimento e dominação dos diversos “ismos” do século XX, e lutavam pelas conquistas de direitos mais individualizados, como o direito pelo trabalho, e mais tarde pelo voto, sem desejarem uma classificação como um movimento organizado.

A luta pelo direito de trabalhar e se sustentar sempre foi central ao Movimento Feminista, mas não é de forma alguma sua única questão e o fato de as mulheres terem conquistado o direito ao trabalho não solucionou a desigualdade de pagamentos e a sobrecarga sofrida por elas até hoje. Como aponta Sarah Gamble (2006), mesmo com as crescentes conquistas das mulheres, não podemos dizer que todos os objetivos do Feminismo foram alcançados, pois as mudanças podem atuar em um nível defensivo e cômodo, com as instituições patriarcais buscando proteger os privilégios e as ditas “superioridades”.

Gamble (2006, p. 8) responde sua pergunta retórica sobre o que exatamente é Feminismo, ao dizer que:

Uma definição geral pode afirmar que é a crença de que as mulheres, pura e simplesmente por serem mulheres, são tratadas desigualmente dentro de uma sociedade organizada para priorizar as preocupações e pontos de vista masculinos. Dentro deste paradigma patriarcal, as mulheres se tornam tudo aquilo que os homens não são (ou não querem ser visto como): enquanto os homens são vistos como fortes, as mulheres são fracas; os homens são

racionais, elas são emocionais; os homens são ativos, elas são passivas; e assim por diante. Seguindo essa lógica, que as alinha sempre com o lado negativo, às mulheres é negado o acesso igualitário ao mundo das questões públicas, assim como da representação cultural. De forma clara, o feminismo procura mudar essa situação¹².

Segundo Stephanie Hodgson-Wright (2006), no capítulo introdutório do livro organizado por Gamble (2006) sobre Feminismo e Pós-Feminismo, ao olharmos para a história da luta das mulheres contra a opressão, podemos encontrar diversas formas de resistência que podem ser consideradas de natureza feminista — o Feminismo é considerado pela autora como qualquer tentativa de enfrentar o patriarcado em suas diversas manifestações — antes da sua consolidação enquanto um movimento político no século XX. No entanto, como visamos uma breve contextualização do movimento neste tópico, trataremos do que se estabeleceu como as três ondas do Movimento Feminista¹³: a Primeira Onda (séculos XIX e XX), caracterizada pelo Sufrágio, pelas demandas por trabalho, direito à propriedade e guarda dos filhos, e por uma melhora na educação das mulheres, possuindo um teor mais individualista; a Segunda Onda (décadas de 1960 e 1970), baseando-se nas obras de Simone de Beauvoir e Betty Friedan, procurando definir mais o movimento de forma coletiva, ainda que excluindo diversos grupos de mulheres, como negras e lésbicas; e a Terceira Onda, ou pós-feminismo, que está em vigor ainda hoje, com demandas que abarcam, também, aquelas mulheres que foram deixadas de lado pelos momentos anteriores.

A ideia que temos de Feminismo Moderno tem seu início com a publicação de *Vindication of the Right of Woman*, de Mary Wollstonecraft¹⁴ — uma “amazon of the pen”, como chamada por Walters (2005) —, em 1792, mesmo que a obra e autora não recebam o devido reconhecimento, como apontado por Valeria Sanders (2006).

¹² Tradução nossa a partir do original: “A general definition might state that it is the belief that women, purely and simply because they are women, are treated inequitably within a society which is organised to prioritise male viewpoints and concerns. Within this patriarchal paradigm, women become everything men are not (or do not want to be seen to be): where men are regarded as strong, women are weak; where men are rational. They are emotional; where men are active, they are passive; and so on. Under this rationale, which aligns them everywhere with negativity, women are denied equal access to the world of public concerns as well as of cultural representation. Put simply, feminism seeks to change this situation.”

¹³ As divisões do Movimento Feminista não são unânimes, mas optamos por adotar esta divisão, conforme Gamble (2006) e Walters (2005).

¹⁴ Mary Wollstonecraft é mãe da também escritora Mary Shelley, autora de *Frankenstein* (1818). Dentre as diversas tentativas por seu próprio sustendo, Wollstonecraft chegou a montar uma escola, com a irmã e uma amiga, que não durou muito tempo pela falta de experiência e qualificação de todas.

O livro tratava das dificuldades das mulheres na sociedade do final do século XVIII, após as turbulências políticas e sociais que surgiram com a Revolução Francesa¹⁵, e defendia um maior acesso à educação para as mulheres. Para a autora, o importante era como a sociedade via a “feminilidade”, principalmente através da educação, e como as mulheres jovens podiam ser preparadas para mais do que a busca por um bom matrimônio. A obra tem uma recepção calorosa que logo se esvai com a publicação, em 1798, de um livro de memórias sobre a vida da autora, de autoria de seu marido, e repleto de questões “imorais” para a época. Segue-se à publicação diversos manuais voltados para a fixação da mulher no ambiente doméstico e da família, onde elas eram vistas sempre em relação a uma figura masculina — pai, marido ou filhos —, e nunca enquanto seres autônomos.

Sanders (2006) explica como o Feminismo do século XIX surge como uma resposta a problemas específicos nas vidas das mulheres, destacando-se histórias individuais de onde surgem certas personalidades e diversas campanhas voltadas para fins bem definidos. Uma dessas personalidades foi Caroline Norton, na Inglaterra, cujo marido fugiu com os três filhos do casal em 1836, acusando-a de um adultério infundado com o então primeiro-ministro, o que resultou em uma luta judicial que, segundo Sanders, foi o estopim para as discussões em torno da unidade legal entre marido e esposa, já que, até então, com o casamento, “a existência legal” da esposa era suspensa ou incorporada à do marido. Caroline lutou por seus direitos escrevendo panfletos que criticavam as leis sobre a guarda de filhos daquele momento. Como resultado, foi aprovada uma lei em 1839¹⁶ que permitia às mulheres separadas “de boa índole” — contra quem acusações de adultério não haviam sido comprovadas — a guarda dos filhos menores de sete anos e o acesso aos que fossem mais velhos. Apenas em 1873 as mulheres conquistaram a guarda dos filhos até os dezesseis anos, e apenas em 1973 sua autoridade legal passou a se igualar à dos pais. Para Caroline, a conquista foi muito pequena, pois seus filhos haviam sido levados para a Escócia — fora da jurisdição da Inglaterra — e segundo a nova lei, ainda tinham o pai como guardião¹⁷.

¹⁵ A Revolução Francesa ocorreu entre maio de 1789 e novembro de 1799.

¹⁶ “*The Infant Custody Act!*”.

¹⁷ Segundo Sanders (2006), a luta de Caroline pelo direito a sua propriedade — conquistada com os lucros de seu trabalho como escritora — também impulsionou a revisão nas leis sobre a propriedade das mulheres casadas, que na época pertencia inteiramente ao marido. Diversas leis foram criadas no período, sendo a mais importante em 1870, quando as mulheres casadas passaram a poder controlar seus ganhos e receber heranças, ainda que todo o resto fosse para seus maridos. Em

Sanders (2006) ressalta que, assim como diversas reformas políticas do século XIX, essas leis começaram um processo gradual de mudanças. Ao final do século, grandes conquistas foram alcançadas, mas os termos “Feminismo” e “Feminista” estavam apenas começando a ser usados. Como aponta Walters (2005), é no século XIX que começamos a observar um aumento das reivindicações dos direitos das mulheres, talvez como resposta ao surgimento de um novo conceito do que seria a “feminilidade”, com uma intensificação das restrições às mulheres. Ainda assim, foi apenas na segunda metade do século que começaram a surgir as campanhas que buscavam, principalmente, uma melhora na educação para mulheres, a possibilidade do trabalho fora do lar, uma reforma nas leis referentes às mulheres casadas, e o direito ao voto.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, por volta da década de 1850, observamos a relação entre a luta pelos direitos das mulheres e dos movimentos abolicionistas. De acordo com Simon (2003), a tradução possuía um importante papel nestes movimentos sociais dos quais as mulheres faziam parte. Ainda assim, é importante ressaltar, como argumenta Sanders (2006), que nem todos que faziam parte de um movimento, faziam parte do outro. A autora aponta, inclusive, que muitos homens abolicionistas temiam que o ativismo feminista pudesse tirar o foco da questão racial, caso as mulheres fizessem parte das lutas contra a escravidão.

Sobre o desenvolvimento da chamada Primeira Onda do Feminismo nos dois países, Sanders (2006) explica que uma grande diferença foi o sistema descentralizado de governo dos EUA, que proporcionou reformas distintas entre os estados, o que não ocorreu da mesma forma na Inglaterra. Conseqüentemente, a 19ª emenda¹⁸, que concedia o direito ao voto feminino em todo o país, só foi aprovada em 1920, mesmo que alguns estados já permitissem o voto das mulheres desde 1869.

A inserção da mulher no mercado de trabalho ao longo do século XIX se deu, principalmente, através de uma “extensão da esfera natural de mães e cuidadoras”, como o ensino e a enfermagem (SANDERS, 2006), o que não deixou de ser uma vitória, visto que a especialização das mulheres como professoras, por exemplo,

relação ao divórcio, é interessante apontar a lei de 1857, que expandia as razões pelas quais uma mulher poderia processar o marido por divórcio — o que antes só poderia ser feito por ato de adultério acrescido de bigamia ou incesto, no caso da mulher, e apenas adultério, no caso do homem.
¹⁸ É interessante apresentar que a 13ª emenda, responsável pela abolição da escravatura nos EUA, foi aprovada em 1865.

demandava uma maior educação para as meninas da época, que pararam de estudar em casa e passaram a frequentar escolas e, eventualmente, puderam ir para a universidade. Além disso, as mulheres também passaram a exercer cargos na administração pública.

Em relação ao direito ao voto, Sanders (2006) apresenta como o movimento sufragista, e as sufragistas, são o ponto mais lembrado da Primeira Onda do Feminismo, mesmo que tenha sido uma das últimas campanhas a serem lançadas, e tendo se concretizado apenas no século seguinte¹⁹. A organização das mulheres em busca de sua liberdade e seu direito ao voto teve uma parada brusca com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, ao mesmo tempo que empurrou as mulheres para diversos campos de trabalho, enquanto os homens iam para as trincheiras. Segundo a autora, até o surgimento do próximo pico do Movimento Feminista, na segunda metade do século XX, as conquistas das mulheres sofreram uma drástica diminuição.

Em resumo, a Primeira Onda do Feminismo pode ser explicada como “explosões espasmódicas de ativismo”, baseando-se no trabalho de indivíduos específicos que tinham seus próprios objetivos, até que se tornou necessária a participação ativa das mulheres nos âmbitos sociais e políticos, o que Sanders (2006) argumenta não ser uma conquista pequena. Porém, houve algumas tentativas de organização, como a Convenção de Seneca Falls, organizada por Elizabeth Cady Stanton em 1848, a partir de sua participação — e exclusão — em movimentos abolicionistas (WALTERS, 2005).

A chamada Segunda Onda do Feminismo possui então uma consciência Feminista mais radical²⁰ do que o movimento anterior, por se tornar uma luta em prol do coletivo e revolucionário, ao invés de tratar do individual e reformista (THORNHAM, 2006), e tem seu início com a retomada do Movimento Feminista no século XX com a publicação da obra *O Segundo Sexo*, da francesa Simone de Beauvoir, em 1949, que serviu como base teórica, assim como a vida da autora também foi de grande importância, para o renascimento do Feminismo, que até o

¹⁹ A Nova Zelândia foi o único país do mundo que instaurou o voto feminino ainda no século XIX, em 1893. O próximo país, a Finlândia, aprovou o voto feminino em 1906. A título de curiosidade, o voto feminino foi instaurado no Brasil no ano de 1932, mas as mulheres puderam votar apenas dois anos depois, em 1934.

²⁰ Thornham (2004) cita, por exemplo, a manifestação contra o concurso de beleza “*Miss America*”, em 1968 nos EUA, onde uma das ações de protesto foi a criação de uma “lata do lixo da liberdade”, na qual as mulheres jogaram fora “objetos de tortura feminina”, como saltos-altos e sutiãs — razão pela qual surge o mito midiático da queima de sutiãs.

momento se encontrava desarticulado após o Movimento Sufragista e a conquista do voto (GARCIA, 2018).

Nas décadas de 1960 e 1970, ocorre um retorno da palavra “Feminismo”, como explica Walter (2005), com a criação do “*Women’s Liberation Movement*” (Movimento de Libertação das Mulheres) — tomando o lugar da “luta por direitos iguais” (THORNHAM, 2006, p.25) do século XIX e começo do XX —, com as pautas de reprodução feminina e do papel social da mulher, questões que eram, e são, específicas das mulheres. Louise Von Flotow (1997) chama de “era do feminismo” o interesse nos Estudos de Gênero que começa por volta da década de 1960, principalmente na América do Norte, e que afeta tanto o meio acadêmico quanto o social. A autora também classifica este movimento como “Feminismo do Pós-Guerra”.

Como aponta Von Flotow (1997), a clássica frase de Beauvoir “*on ne naît pas femme, on le devient*”²¹ ilustra um dos debates que permeia a Segunda Onda do Feminismo: a ideia de gênero que vai além de questões biológicas, em que as mulheres são levadas às responsabilidades e papéis impostos a elas pela sociedade e cultura na qual estão inseridas. Segundo Garcia (2018, p.82), Beauvoir “separa a natureza da cultura e aprofunda a ideia de que o gênero é uma construção social, ainda que ela não utilize a palavra gênero”. Logo, como aponta Von Flotow (1997, p.5):

O produto-final “mulher” é o resultado da sua educação e do seu condicionamento, e difere de acordo com as influências dominantes às quais ela é sujeita na cultura, subcultura, grupo étnico e seita religiosa dentro da qual cresce²².

A obra de Beauvoir traz a ideia da mulher como “a outra” em relação ao homem, — e a recíproca não é verdadeira, ou seja, o homem não possui a mesma característica de “outro” para a mulher —, tornando-se “o centro, a medida e a autoridade”, além de serem “os detentores do poder e os criadores da cultura”. A autora se apoia nas ciências humanas e biológicas e conclui que nada explica a subordinação da mulher e que esta se dá pelo viés cultural. (GARCIA, p.81).

Além de Simone de Beauvoir, na França, temos Betty Friedan, nos EUA, com a publicação de *A Mística Feminina*, em 1963, cujo título nomeia um problema até

²¹ “Não se nasce mulher, torna-se”.

²² Nossa tradução a partir do original: “*The final product 'woman' is a result of education and conditioning, and differs according to the dominant influences she is subject to in the culture, subculture, ethnic group, religious sect, in which she grows up*”.

então sem nome. Segundo a autora, o livro ataca a “reação patriarcal contra o sufrágio e a incorporação das mulheres na esfera pública durante a Segunda Guerra”, em um momento que a mulher era vista apenas como mãe e esposa. Friedan aponta que esta opressão impede que a mulher viva para si e não para os demais (GARCIA, p.83), denunciando assim o mito da dona-de-casa feliz que viveria nos subúrbios estadunidenses (WALTERS, 2005).

Em 1949, a Organização das Nações Unidas (ONU) lança a Declaração dos Direitos Humanos, na qual homens e mulheres possuem “direitos iguais ao casamento, durante o casamento e sua dissolução” (WALTERS, 2005), e em 1970, ocorre a primeira conferência nacional da Libertação das Mulheres, em Oxford, reunindo mais de 500 participantes. A conferência formulou quatro demandas²³ que ilustram bem o foco da Segunda Onda do Feminismo: entender as mulheres enquanto um grupo social oprimido e o direito das mulheres ao próprio corpo.

A Terceira Onda do Feminismo, ou pós-Feminismo, é o momento em que vivemos hoje, que teve seu início a partir dos movimentos da década de 1980 (GAMBLE, 2006). O período anterior, como aponta Walters (2005), foi criticado por envolver, em sua grande maioria, mulheres brancas de classe média, que tinham como foco apenas a discriminação de gênero, sem levar em consideração outros fatores passíveis de repressão, como questões raciais e de classe social. A autora ainda apresenta a crítica de mulheres brasileiras que afirmavam que o Feminismo vigente era eurocêntrico e que nada dizia em relação aos seus problemas locais. Somam-se a isso, nas localidades periféricas como América-Latina, África, partes da Ásia e do Oriente Médio, lutas de cunho colonialista e neocolonialista.

É importante ressaltar que esta vertente é bastante complexa e difícil de se definir, mas segundo Gamble (2006), de uma forma geral, podemos afirmar que sua luta envolve três pontos: vitimização, autonomia e responsabilidade. A autora afirma que essa fase do Feminismo busca contrapor qualquer instância da mulher enquanto vítima indefesa sem controle sobre a própria vida. Ocorre também a escolha por uma ideologia mais flexível, que se adapta de pessoa para pessoa. Por fim, o movimento também busca agregar o homem nas lutas por direitos iguais, ao invés de simplesmente excluí-lo.

²³ As demandas formuladas foram: salários iguais; educação e oportunidade igualitária; “creches” 24 horas (o original apresenta o termo “*nurseries*”); e contraceptivos e aborto gratuitos.

Em relação à Terceira Onda, destacam-se as quatro conferências internacionais organizadas pela ONU entre 1975 e 1995²⁴ sobre os direitos das mulheres, sendo a mais importante a de Pequim, em 1995, onde as demandas que surgiram durante os três encontros anteriores foram consolidadas. Com 17 mil participantes, seguiu-se à conferência, a elaboração da Declaração de Pequim, adotada por 189 países, visando o empoderamento da mulher, e que hoje é considerada um instrumento chave para a igualdade entre os gêneros²⁵.

2.2 O Surgimento da Tradução Feminista: A Escola Canadense

O Movimento Feminista hoje se faz presente e tem contribuído fortemente para diversas áreas da sociedade. Nos Estudos da Tradução, essa interface se iniciou com o surgimento da Escola Canadense de Tradução Feminista, entre os anos de 1970 e 1980, colocando o gênero em foco, e que é ainda hoje, mesmo com suas críticas e redefinições, um paradigma para as interações entre Feminismo e Tradução (CASTRO, 2009). No entanto, é importante ressaltar, como apontam Costa e Amorim (2019), que apesar de hoje esta escola ser considerada um paradigma, “não é a única e nem a primeira das reflexões feitas por mulheres tradutoras”.

A Escola Canadense se destaca por se reconhecer enquanto feminista, o que não ocorreu em outros momentos da história, quando algumas práticas de tradução seguiam uma abordagem feminista, mas sem se denominar explicitamente como tal. Por esta razão, apontamos o surgimento da Escola Canadense como o marco do advento da Tradução Feminista enquanto um campo organizado.

A Escola Canadense de Tradução Feminista surge a partir de um diálogo anglo-francês, em que a tradução é percebida como uma combinação entre prática e teoria, usadas então para lidar com questões culturais e ideológicas. Como define Castro (2009, p.64):

A tradução feminista canadense (...) consiste em uma corrente de trabalho e pensamento que defende a incorporação de uma ideologia feminista à

²⁴ Cidade do México (1975); Copenhague (1980); Nairóbi (1985); Pequim (1995).

²⁵ Essas informações foram retiradas do site da ONU, disponível em: <https://www.un.org/>. Acesso em março de 2022.

tradução por uma necessidade de articular novas vias de expressão para desmontar a carga patriarcal da língua e da sociedade²⁶.

A Escola Canadense tem seu início com as traduções para o inglês de textos em francês de autoras do Quebec, que escreviam contra às convenções misóginas da linguagem patriarcal, buscando, ao mesmo tempo, construir uma cultura literária feminista, cultura esta fortemente influenciada pelas teorias pós-modernas da linguagem presentes na época. Como autoras e estudiosas importantes deste período, podemos citar: Barbara Godard, Luise von Flotow, Marlene Wildeman, Sherry Simon e Susanne de Lotbinière-Harwood (CASTRO, 2009).

Segue-se à Escola Canadense um movimento em direção a outras partes da América do Norte e Europa. A Tradução Feminista, portanto, começa como um campo de domínio ocidental e muda, posteriormente, com a virada para o século XXI, quando surge um interesse crescente em se estudar outros espaços, da América Latina ao Oriente Médio (CASTRO, ERGUN, 2017). Como apontam Fonseca, da Silva e Silva-Reis (2020, p. 210), “o pioneirismo teórico da Escola Canadense continua com a Escola Europeia de Estudos da Tradução Feminista, impulsionada pela pesquisadora Olga Castro, a qual tem mobilizado e reunido muitas pesquisadoras e pesquisadores”.

A Escola Canadense foi de grande importância para os Estudos da Tradução, principalmente por contribuir para um novo modo de pensar em que, de forma crítica e consciente, a tradutora passa a refletir sobre os elementos presentes no texto de partida, antes de traduzi-lo, além de contribuir para o debate acerca da visibilidade da tradutora e para a quebra da crença de que um texto possa ser completamente reproduzido em uma tradução sem nenhum tipo de interferência (CASTRO, 2009).

Simon (2003) argumenta que a Tradução Feminista reformula a questão em torno do conceito de “fidelidade”, sempre presente nas discussões sobre Tradução, propondo que a fidelidade da tradução não seja em relação à autora ou à leitora, mas sim ao projeto tradutório — ou de escrita —, do qual tanto a autora quanto a tradutora fazem parte. A questão em torno da fidelidade, de acordo com Castro

²⁶ Tradução nossa a partir do original: “*La traducción feminista canadiense (...) consiste en una corriente de trabajo y pensamiento que defiende la incorporación de la ideología feminista a la traducción por la necesidad de articular nuevas vías de expresión para desmantelar la carga patriarcal del lenguaje y de la sociedad.*”

(2009), é fonte de diversas metáforas²⁷ que relacionam, de forma misógina, as mulheres e a tradução²⁸, como a conhecida “*Les belles infidèles*”²⁹, a ideia de posse, em que o texto pertence ao autor assim como a mulher “pertence” ao homem e, como exposto por Simon (2003), a narrativa histórica da feminilidade da tradução, em que a mulher e a tradução estão em uma posição de “inferioridade discursiva”, em relação ao homem e ao texto original. Santaemilia (2011) afirma que, felizmente, podemos ver, no século XXI, um movimento contra as metáforas de teor negativo envolvendo “mulher” e “feminilidade”.

Ao argumentarem que não podemos deixar de lado a “dimensão política da Tradução”, já que todo processo tradutório envolve um contato entre culturas, Laura Pinhata Battistam, Liliam Cristina Marins e Aline Yuri Kiminami (2021, p.4) apontam que:

Por isso, a tradução pode funcionar tanto enquanto um instrumento do imperialismo a partir do momento em que é ditada pelas relações hegemônicas de poder, como pode funcionar, de forma oposta, enquanto instrumento de intervenção política ao desestabilizar essas relações entre centro versus periferia. Para que a tradução funcione como instrumento de intervenção política, em primeira instância, é preciso ressignificar a própria carga semântica da palavra “tradução”, que sempre foi sexualizada tanto no âmbito linguístico (por ser uma palavra “feminina”), quanto no histórico.

No entanto, na tentativa de fazer com que a língua fale pelas mulheres, ocorre uma associação entre a Tradução Feminista e uma Cultura Feminina generalizante que apaga as diferenças entre as mulheres e traz uma definição universal das mulheres como um grupo oprimido, o que não é verdadeiro. Fonseca, da Silva e Silva-Reis (2020) ressaltam que “qualquer tentativa generalizante ou monolítica” em relação às “experiências históricas, sociais e culturais” das mulheres latino-americanas “está fadada à incompletude”, já que “não há “uma” mulher latino-

²⁷ Chambelain (1988), Santaemilia (2011) e Von Flotow (1997) também contribuem para o debate sobre a reflexão em torno do uso de metáforas misóginas relacionando mulheres e tradução.

²⁸ É interessante apresentar o argumento de Castro (2009) sobre a necessidade de os Estudos da Tradução realizarem uma autorreflexão, através da perspectiva feminista, em torno desse caráter misógino das metáforas sobre Tradução. De acordo com a autora, a própria tradução, enquanto profissão, beneficiar-se-ia desta mudança, pois o texto traduzido não seria visto como “menor” em relação ao original. Como solução, Castro sugere uma reformulação da retórica da tradução em torno das metáforas de dupla-experiência, em que a mulher feminista tem a relação entre a estrutura patriarcal na qual vive, e o sistema de igualdade pelo qual luta, enquanto a tradução se encontra entre a cultura e língua de partida e de chegada.

²⁹ Castro (2009) explica que a expressão foi criada por Gilles Ménage no início do século XVII, na França, “para descrever o fato de que as traduções, assim como as mulheres, serão infiéis (*infidèles*) se forem belas (*belles*)”. Hoje, a expressão tem recebido uma nova roupagem e interpretação, sendo inclusive o nome de um importante periódico sobre tradução no Brasil, da UNB.

americana”, e suas experiências são, portanto, tanto coletivas quanto individuais. É então que surgem outras concepções de Tradução Feminista, afastando-se da Escola Canadense, que procuram se basear na diversidade entre as mulheres e suas experiências, visando diferentes formas de se traduzir o feminino (CASTRO, 2009).

Da mesma forma que não escolher uma determinada ideologia tradutória implica na escolha inconsciente pela ideologia dominante, a hegemonia do estudo da Tradução Feminista em uma única escola — consequentemente uma única região e par de línguas — restringe, como aponta Castro (2009), as relações interdisciplinares, impedindo a extensão para as diversas áreas de pesquisa que possam surgir da interação entre os Estudos da Tradução e o Feminismo.

Visamos, portanto, apresentar, no próximo tópico, teorias contemporâneas posteriores ao paradigma inicial da Escola Canadense, ainda que muitas sejam, direta e justificadamente, influenciadas por esse primeiro movimento organizado de estudos e pesquisa. Com isso, temos o intuito de não sustentar nossa disciplina sobre apenas uma base teórica, no caso a Escola Canadense, e mostrar que o campo da Tradução Feminista está em constante movimento, seja com as relações multidisciplinares, seja internamente, o que corrobora ainda mais a justificativa do porquê se estudar a Tradução Feminista na graduação.

2.3 As Teorias Contemporâneas de Tradução Feminista

Na introdução do livro, *Translating Women: Different Voices and New Horizons*, Von Flotow e Farahzad (2017) explicam que a obra é uma “sequência” para o livro anterior de von Flotow, *Translating Women*, de 2011, que foi criticado por ser “eurocêntrico”. Por sua vez, a obra de 2017 visa trazer “uma série de vozes diferentes e novos horizontes”, sejam elas sociais, políticas ou culturais, com o objetivo de internacionalizar os Estudos da Tradução, há muito dominado pelas “perspectivas anglo-americanas e europeias”. Além disso, a obra propõe uma agenda transnacional e feminista que busca transpassar essas “narrativas” acerca da tradução e da “*womanhood*” — que poderia ser traduzida como “feminilidade” —, ao incluir pesquisas vindas de países fora do eixo clássico de estudos.

Von Flotow e Farahzad (2017. p.14) acreditam na importância de chamar a atenção para essas pesquisas, “por serem valiosas ao oferecerem experiências de

tradução e de ser traduzido que sejam alternativas, principalmente para as mulheres”. Esse movimento para fora do eixo central permite que formas de se traduzir as ideias e experiências de mulheres em diferentes culturas sejam lidas e estudadas, e que os contextos que as influenciam — religioso, cultural, político e comercial — sejam também analisados.

O movimento de tirar o foco dos polos clássicos de pesquisa e explicitar esta ação e sua fundamentação ilustram os caminhos que as pesquisas atuais sobre a Tradução Feminista têm tomado. Castro e Ergun (2017, p.1-2) trazem, por exemplo, nesta obra que propõe uma revisão dos estudos de Tradução Feminista, que o futuro do Feminismo está no transnacional, que por sua vez é feito através da tradução, vista como “um meio importante para a produção de identidades, de conhecimento e de encontros entre as culturas”. Além disso, as autoras também afirmam que a obra “expande a definição de Tradução Feminista de uma abordagem exclusivamente focada em gênero, para um modelo mais interseccional e heterogêneo de criação de significados além das fronteiras”.

Com o objetivo também de criar um projeto transnacional de Tradução Feminista, Louise Von Flotow e Hala Kamal (2020, p.3) — vindas de partes diferentes do mundo, o Canadá e o Egito, respectivamente —, na introdução de seu livro *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*, explicam que reuniram diversos artigos de diferentes abordagens sobre a relação entre “Tradução, Feminismo e Gênero”. As autoras explicam os desafios da decisão de diversificar o máximo possível o conteúdo, dentre os cinquenta resumos que receberam, e detalham a reunião feita para definir como seriam elaborados cada capítulo escolhido. Em suma, a obra “expande o estudo sobre Tradução, Feminismo e Gênero geográfica, histórica e epistemologicamente para a prática da Tradução Feminista Transnacional”.

Em se tratando das formas por meio das quais os Estudos da Tradução podem se beneficiar na interação com o Feminismo, Castro (2009) traz, essencialmente, duas novas concepções para a tradução. A primeira aborda a evolução da definição de “mulher” e de “tradução” nos dois campos, onde temos o debate sobre a concepção biológica do que é ser mulher e como essa definição beneficia o sistema patriarcal, e o questionamento sobre quem define o que é tradução como algo idealizado e com regras, impossíveis de serem seguidas, visando uma “réplica perfeita”. A autora aponta, portanto, que tanto a mulher quanto

a tradução devem se comportar de uma determinada forma — impedindo abordagens experimentais que saiam do tradicional — para que sejam assim consideradas. A segunda, atenta-se para o Feminismo enquanto movimento de resistência aos valores patriarcais, que oprimem e discriminam de acordo com o gênero, enquanto a tradução pode ser concebida como uma forma de resistência ao capitalismo e às instituições políticas. Além disso, Castro acrescenta que, tendo em vista o caráter misógino do capitalismo multinacional, essa relação entre Tradução e Feminismo ainda pode gerar uma forma de resistência cultural que questiona este discurso dominante, abrindo caminho para reflexões críticas sobre capitalismo e patriarcado.

No Brasil, como apontam Costa e Amorim (2019), as teorias envolvendo Tradução, Feminismo e Gênero começaram a ser discutidas apenas nos últimos vinte anos, corroborando com as teses apresentadas pelas autoras anteriores sobre a necessidade de expandir o caráter transnacional da Tradução Feminista. Soma-se a isso o argumento de Battistam, Marins e Kiminami (2021, p.4) sobre como a Tradução pode ser usada para reverter as representações que até então beneficiavam os “homens brancos do Norte global”, em direção às “mulheres negras, latinas, indígenas, camponesas, imigrantes, trabalhadoras terceiro-mundistas” e demais mulheres do hemisfério sul.

Após analisar o surgimento do campo da Tradução Feminista - como uma subárea nos Estudos da Tradução - com a formação da Escola Canadense e seu desenvolvimento e adaptação constante às novas realidades, paralelo à evolução do próprio Movimento Feminista, como apresenta Castro (2009), trataremos, no tópico seguinte, da parte prática da disciplina, por entendermos a necessidade de se integrar, em um curso de Tradução, a teoria e a prática.

2.4 A Prática da Tradução Feminista

Como Costa e Amorim (2019, p. 1236) argumentam, “a atividade feminista das últimas décadas tem focado em várias frentes de ação”, e esse movimento acabou gerando revisões em teorias sociais e nas Ciências Humanas. É neste contexto que a Tradução Feminista abre caminho para uma reavaliação da prática tradutória, não com o objetivo de avaliar se uma tradução é melhor ou pior do que a outra, mas para entender “qual contexto e quais práticas permitem que uma

tradução feminista (...), que torna explícito o que estava implícito, seja aceita e até desejável.”

A tradutora feminista, com o objetivo de se fazer visível no texto traduzido, pode se utilizar de diversas estratégias. Von Flotow, em seu texto *Feminist translation: contexts, practices and theories* (1991), lista três formas de interferência da tradutora em seus trabalhos. Este artigo é amplamente citado por pesquisadoras da Tradução Feminista.

As técnicas³⁰ elaboradas pela autora canadense são: “*supplementing*”³¹; “*prefacing*”³² and “*footnoting*”³³; e “*hijacking*”³⁴. A primeira prática compensa as diferenças entre as línguas ou constitui uma “ação voluntária” no texto; a segunda prática usa de notas de rodapé e prefácios para manipular o texto e participar da criação de significado; por fim, a terceira ocorre quando a tradutora “sequestra” o texto original, sentindo-se livre para fazer diversas modificações (VON FLOTOW, 1991). Ainda sobre a estratégia de “*hijacking*”, Louise von Flotow (2005) explica como se apropriou do termo de um autor que criticava as tradutoras que se utilizavam de textos “neutros”³⁵ e os transformavam, por meio da tradução, em textos feministas. Esse movimento, segundo a autora, era uma forma de expressão política em relação às palavras, aos trabalhos e à visibilidade das mulheres.

Ao lado destas três técnicas, há outras possibilidades de diminuir o impacto da dominação patriarcal nos textos. Por exemplo, durante a tradução de uma obra de fantasia, deparamo-nos com a apresentação, no original em inglês, de três tipos de criaturas: “*zombies, vampires and men*”. Uma solução de tradução seria “zumbis,

³⁰ Castro (2009), ao elaborar sobre como as mulheres utilizavam as traduções para se fazerem visíveis no passado e como essa atuação foi apagada na História da Tradução, traz as mesmas técnicas propostas por Flotow (1991), acrescentando mais duas: dedicatórias e correspondências pessoais.

³¹ Segundo o *Cambridge Dictionary*, podemos definir *supplementing* como: “*something that is added to something else in order to improve it or complete it; something extra*”, que podemos traduzir como: “algo que é acrescentado a alguma coisa para melhorá-la ou completá-la; algo extra”.

³² Segundo o *Cambridge Dictionary*, podemos definir *prefacing* como: “*an introduction at the beginning of a book explaining its purpose, thanking people who helped the author, etc*”, que podemos traduzir como: “uma introdução no começo de um livro explicando seu propósito, fazendo agradecimentos, etc.”

³³ Segundo o *Cambridge Dictionary*, podemos definir *footnoting* como: “*a note printed at the bottom of a page that gives extra information about something that has been written on that page*”, que podemos traduzir como: “uma nota no final da página para dar uma informação sobre algo que foi escrito naquela página”.

³⁴ Segundo o *Cambridge Dictionary*, podemos definir *hijacking* como: “*an occasion when criminals take control of a plane during a flight, especially using violence*”, que podemos traduzir como: “uma ocasião em que criminosos tomam o controle de um avião durante um voo, principalmente quando usam violência”.

³⁵ A expressão utilizada pela autora em seu texto original é: “Middle-of-the-road piece of writing”.

vampiros e homens”, seguindo a gramática normativa que usa, tanto no inglês como no português, *men*/homem para se referir ao conjunto masculino e feminino, pois no contexto da obra, a palavra “*men*” se refere à categoria “ser-humano” e não apenas a pessoas do gênero masculino. Conseqüentemente, fazendo uso de uma opção que não marque o masculino, nossa solução foi traduzir o trecho como: “zumbis, vampiros e humanos”.

O exemplo acima ilustra de forma simples como a língua portuguesa tende a priorizar o masculino genérico, que nem sempre serve para representar o todo, mas sim para excluir a população feminina ou reforçar relações de poder. A escolha por “homens” ou “humanos” não teria, neste caso, relação com a qualidade da tradução ou sua fidelidade à obra original. Como afirma Von Flotow (1991), é esse ato de desconstrução da “linguagem patriarcal” que guia a tradução sob o viés feminista, e este exemplo foi um ponto de reflexão inicial para a elaboração deste trabalho.

Outro ponto que se destaca nas discussões é sobre quem deve traduzir o quê. Simon (2003) sugere, por exemplo, a possibilidade de mulheres traduzirem mulheres e homens traduzirem homens, como forma de se evitar um “legado negativo” e garantir que os textos de escritoras mulheres sejam traduzidos. A autora logo explica que essa possibilidade não seria viável a longo prazo. Além disso, Lori Chamberlain (1988) discute, ao final de seu texto, que um dos desafios que a tradutora feminista enfrenta é sair dessas discussões sobre quem deve traduzir o quê. Segundo a autora, manter a ideia de que apenas mulheres possam traduzir mulheres e homens traduzir homens faz com que as relações de poder se mantenham as mesmas. Chamberlain acredita que o que deve ser subvertido é o processo pelo qual a tradução se mantém em conformidade com as construções dominantes de gênero. Estamos de acordo com o posicionamento da autora, pois se o número de autores publicados — e conseqüentemente traduzidos — é maior do que o de autoras, os trabalhos traduzidos — e conseqüente premiados — continuariam sendo, em grande parte, realizados por mãos masculinas.

O impacto dos textos feministas, e suas traduções, pode ser visto em diversas áreas. A saúde da mulher, por exemplo, obteve, ao longo do século XX, diversas mudanças de perspectiva e tratamento de mulheres em grande parte pela ação dos movimentos feministas do século (BESSAÏH e BOGIC, 2020).

Nesrine Bessaïh e Anna Bogic (2020) apresentam, em seu artigo sobre a tradução de textos relativos à saúde da mulher e a revolução nesta área após a

Segunda Onda do Movimento — principalmente nos EUA —, a importância das mais de 30 traduções do livro *Our bodies ourselves*³⁶, e como a tradução tem o potencial de criar alianças feministas através do globo, sobrepondo barreiras de linguagem e cultura. As autoras ainda apontam que as diversas traduções permitiram uma descentralização do livro enquanto um projeto do Movimento Feminista Ocidental. As tradutoras participantes deste longo processo de tradução, adaptação e revisão, se tornaram, portanto, também produtoras do conhecimento feminista.

Bessaïh e Bogic citam Kathy Davis, autora do livro *Our Bodies Ourselves: How Feminism Travels across Borders*, o primeiro estudo sobre as traduções e os significados de *Our bodies ourselves*, ao afirmarem que este ilustra muito bem como os textos podem viajar através da tradução, aparecendo e reaparecendo em novos contextos, com seus significados originais e os novos que foram acrescentados através de suas adaptações. Além disso, essa tradução “proporcionou uma plataforma para ativistas envolvidos com tradução demonstrarem sua “capacidade de criatividade” ao escolherem quais informações incluir e quais omitir³⁷”, levando em consideração questões políticas e culturais (DAVIS, 2007 apud BESSAÏH e BOGIC, 2020)”.

No Brasil, a primeira tradução para língua portuguesa da obra recebeu o título de *Nossos corpos por nós mesmas* e foi produzida a partir de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), além de contar com a participação de pesquisadoras e profissionais da saúde da USP e do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde³⁸. Segundo Lis Coutinho Teixeira (2021, p.12), participante do projeto, além das adaptações para uma maior aproximação à realidade brasileira, a tradução de

³⁶ As autoras explicam que *Our bodies ourselves* foca da saúde sexual e reprodutiva da mulher, unindo a biomedicina a relatos de experiências pessoais, visando transmitir conhecimentos em torno da saúde e dos corpos das mulheres. A obra também se opunha fortemente à exploração capitalista relacionada às áreas biomédicas e farmacêuticas, tendo sua base nos movimentos de Direitos Cívicos, de Antiguerra, do Ativismo da Nova Esquerda, e de Libertação da mulher da década de 1960. O Coletivo de Boston (originalmente o “*The Boston Women’s Health Book Collective*”), responsável pela elaboração da obra, começou como um grupo de 12 mulheres, publicando a primeira edição do livro em 1971. *Our bodies ourselves* rapidamente se tornou um *best-seller*, vendendo cerca de 200 mil cópias nas primeiras semanas. Desde então, já foram vendidas mais de 4.5 milhões de cópias. (BESSAÏH e BOGIC, 2020. p.520).

³⁷ Tradução nossa de: “(...) have provided a platform for activists involved in the translation to demonstrate their “creative agency” by choosing what information to include and what to omit (...)”.

³⁸ Essas informações encontram-se disponíveis no site: www.nossoscorpos.com.br.

Nossos corpos, por nós mesmas procurou realizar, ainda, adaptações no campo linguístico:

A busca por uma linguagem inclusiva, feminista e menos sexista marca uma das principais decisões tradutórias da versão brasileira. Desse modo, ao invés de palavras que marcam o masculino genérico, adotam-se palavras mais “neutras” ou mais inclusivas possíveis, como o uso da palavra “pessoa” acompanhada por um adjetivo, e priorizam o uso do feminino, quando é realmente necessário marcar o gênero.

Sobre a prática da Tradução Feminista no Brasil, Battistam, Marins e Kiminami (2021, p.4) argumentam ser possível encontrar blogs de traduções de feministas negras e lésbicas, que procuram descentralizar as “hierarquias políticas”, além de traduções que “destacam o feminismo negro/afro-diaspóricos/latino-americanos” e também traduções realizadas de forma coletiva por “teóricas feministas anticapitalistas”.

No campo religioso, Ana Maria Schãffer (2010, p.95) apresenta inicialmente um relato pessoal³⁹ em que sugere que a área da tradução religiosa tem se aberto mais para a linguagem inclusiva, ainda que suas tradutoras sintam uma certa ressalva em se denominarem “feministas”. Em seguida, a autora apresenta o surgimento, no final do século XIX, da *Bíblia da Mulher (Woman’s Bible)*, organizada por Elizabeth Cady Staton⁴⁰ e voltada para a releitura e a reinterpretação de passagens da Bíblia que citavam e/ou excluía mulheres. Assim, “a iniciativa de Stanton (...) repercutiu no mercado mundial, influenciando a aceitação do princípio da linguagem inclusiva pelas instituições de tradução de muitas denominações judaico-cristãs”.

No Brasil, ainda segundo Schãffer (2010), a *Bíblia da Mulher* influencia muitas práticas de tradução, mas ainda encontra muita resistência da área religiosa. Um exemplo disso é a tradução da segunda edição da *Bíblia na Linguagem de Hoje (Today’s English Version)*, de 1988, que mesmo com uma linguagem inclusiva menos enfática, recebeu diversas críticas de teólogos e religiosos brasileiros.

³⁹ À época do artigo, a autora afirmava estar no ramo da tradução religiosa há mais de 10 anos.

⁴⁰ Walters (2005) cita Stanton ao fazer um paralelo entre a participação das mulheres nos movimentos de abolição da escravatura do século XIX. Segundo a autora, Stanton viajou dos EUA para Londres para participar de uma convenção sobre escravidão, mas às mulheres não foi concedido o direito ao debate, o que Walters aponta ser o estopim para a transformação de Elizabeth em uma feminista, e mantendo-se abolicionista mesmo sendo parte de uma família sulista que possuía escravos.

Em uma nota de rodapé, Schãffer (2010, p.95) apresenta o resultado de uma estatística que indica “uma diminuição gradual de expressões masculinizadoras nas traduções da Bíblia”. Segundo a autora, a *Versão Autorizada da Bíblia* (1611) traduz 63% das ocorrências da palavra *anthropos* como “homem”, ao invés de usar algo mais geral e inclusivo como “ser humano” ou “pessoas”. Já a *Bíblia da Linguagem de Hoje* (1988), optou por “homem” apenas 24% das vezes.

Sobre as traduções bíblicas de hoje feitas pelo viés do Feminismo, Simon (2003) aponta que estas são vistas como mais um posicionamento social e ideológico e não algo espetacularmente intervencionista. A autora afirma que os debates sobre as interpretações feministas e sobre uma linguagem mais inclusiva na tradução da Bíblia nos ajudam a compreender melhor a Tradução enquanto um movimento interpretativo, além de abrir o caminho para as implicações conflitantes em torno da linguagem de gênero marcado.

CAPÍTULO 3. A PROPOSTA DA DISCIPLINA

No capítulo anterior, nosso objetivo foi introduzir o referencial teórico sobre o Movimento Feminista e sobre a teoria e a prática da Tradução Feminista. Portanto, neste capítulo, vamos apresentar a proposta de disciplina de Tradução Feminista para a graduação. Nossa proposta baseia-se em uma disciplina de 60 horas, ou seja, 4 horas semanais.

Na unidade 1, “O Movimento Feminista”, nossa proposta parte da contextualização do Movimento Feminista em suas três ondas nos séculos XIX, XX e XXI, ou seja, do seu surgimento e organização enquanto movimento social estabelecido, até chegar ao chamado pós-Feminismo de hoje. Essa contextualização é necessária para que as alunas tenham um embasamento sócio-histórico do assunto cujas raízes sustentam todo o movimento da Tradução Feminista – seu desenvolvimento teórico e prático. Para o embasamento deste tópico, sugerimos a leitura de Gamble (2006), por ser uma obra que abrange de forma completa o panorama do Movimento Feminista, e Chamberlain (1988) e Von Flotow (1997), que relacionam o campo do Feminismo com o da Tradução.

Na unidade 2, “A Tradução Feminista”, nossa proposta é apresentar o surgimento da Escola Canadense, com o objetivo de ilustrar para as alunas o ponto inicial do encontro entre Feminismo e Estudos da Tradução, e o desenvolvimento desta abordagem com a Escola Europeia de Estudos da Tradução Feminista. Sugerimos a leitura de duas autoras da Escola Canadense - Von Flotow (1991), Von Flotow (1997) e Simon (2003) - além do artigo de Castro (2009), representante da Escola Europeia. Neste momento, o foco é estudar o surgimento da Tradução Feminista — uma vertente ainda tão recente — e seus desdobramentos.

Ainda na unidade 2, para o tema “Teorias Contemporâneas da Tradução Feminista”, sugerimos a leitura do texto de Castro (2009) que dá, justamente, um panorama geral da Tradução Feminista até o início do século XXI. A partir de Castro, abrimos caminho para as discussões acerca do caráter transnacional da Tradução Feminista no século XXI com um olhar para a Tradução Feminista fora do eixo Anglo-Europeu. Logo, nas discussões acerca da transnacionalidade da Tradução Feminista, sugerimos Castro e Ergun (2017), Von Flotow e Farahzad (2017), e Von Flotow e Kamal (2020). Sugerimos também, a leitura de Santaemilia (2011) para observar o aumento da presença da mulher tanto como pesquisadora, quanto como

tema de pesquisa. Sobre o contexto brasileiro, sugerimos a leitura de Battistam, Marins e Kiminami (2020).

Acreditamos que na formação da tradutora, teoria e prática são indissociáveis. Logo, a unidade 3, “A prática da Tradução Feminista” oferece estratégias por meio das quais a tradutora feminista possa se fazer visível no texto. Com a leitura de Von Flotow (1991), e dos exemplos apresentados, por exemplo em de Von Flotow e Kamal (2020), acreditamos que a atividade tradutória de abordagem feminista fica devidamente exposta à aluna, que pode optar, ou não, por fazer uso da Tradução Feminista em sua vida profissional e acadêmica, conforme os projetos tradutórios lhe permitam. Propomos também, como objetivo da disciplina, a realização de traduções feministas como oportunidade para a tradutora em formação experienciar, no ambiente da sala de aula, o pensamento crítico sobre a sua produção tradutória.

Abaixo, portanto, apresentamos a ficha de nossa proposta de disciplina para a Tradução Feminista para um curso de graduação. Utilizamos como modelo a ficha de disciplina da UFU, que poderá ser usada como base e reelaborada para a realidade de outras universidades.

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA		
FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR		
CÓDIGO:	COMPONENTE CURRICULAR:	
-	A Tradução Feminista	
UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:		SIGLA:
-		-
CH TOTAL TEÓRICA:	CH TOTAL PRÁTICA:	CH TOTAL:
-	-	-
OBJETIVOS		

Objetivo geral:

- Compreender o surgimento e o desenvolvimento da Tradução Feminista enquanto um campo de estudos dos Estudos da Tradução.

Objetivos específicos:

- Conhecer a história e os fundamentos do Movimento Feminista;
- Compreender o processo de formação e desenvolvimento da Tradução Feminista;
- Analisar criticamente os princípios da Tradução Feminista;
- Realizar traduções feministas;

EMENTA

A Tradução Feminista na graduação como meio de formação cidadã da discente para além dos conteúdos de formação profissional, promovendo senso crítico e consciência social que possam impactar nos processos de transformação da sociedade, seu surgimento com a Escola Canadense, seu desenvolvimento em teorias posteriores e suas práticas atuais.

PROGRAMA

Unidade 1 – O Movimento Feminista

- 1.1 Surgimento do Movimento Feminista
- 1.2 As três ondas do Feminismo
- 1.3 Movimento Feminista no Brasil e no Mundo

Unidade 2 – A Tradução Feminista

- 2.1 Surgimento da Escola Canadense
- 2.2 A Escola Europeia de Estudos da Tradução Feminista
- 2.3 Teorias Contemporâneas da Tradução Feminista

Unidade 3 – A Prática da Tradução Feminista

- 3.1 Traduções publicadas na perspectiva da Tradução Feminista
- 3.2 Exercícios de Tradução Feminista

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Olga. (Re)Examinando Horizontes En Los Estudios Feministas De Traducción: ¿Hacia Una Tercera Ola? **MonTI** 1, 2009, p. 59-86.

SIMON, Sherry. **Gender in translation**. Routledge, 2003.

VON FLOTOW, Luise. Feminist translation: contexts, practices and theories. **TTR: traduction, terminologie, rédaction**, v. 4, n. 2, p. 69-84, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATTISTAM, Laura Pinhata; MARINS, Liliam Cristina; KIMINAMI, Aline Yuri. Tradução como resistência e ativismo: práticas de Tradução Feminista no Brasil. **Revista Belas Infiéis**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-17, 2021.

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (org.). **Feminist translation studies**: Local and transnational perspectives. Routledge, 2017.

CHAMBERLAIN, Lori. Gender and the Metaphorics of Translation. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 13, n. 3, p. 454-472, 1988.

GAMBLE, Sarah (org.). **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006.

SANTAEMILIA, José. Woman and translation: geographies, voices, identities. **MonTI**. Monografías de Traducción e Interpretación, n. 3, p. 9-49, 2011.

VON FLOTOW, Luise; FARAHZAD, Farzaneh (org.). **Translating women**: Different voices and new horizons. Nova York: Taylor & Francis, 2017.

VON FLOTOW, Luise; KAMAL, Hala (org.). **The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender**. Nova York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020.

APROVAÇÃO

[Nome] Coordenador/a do Curso Portaria	[Nome] Diretor/a da Unidade Acadêmica Portaria
---	---

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos de diversas autoras, como explica Castro (2009), se perderam ao longo da história pelo fato de suas obras não terem sido traduzidas. E por que essas mulheres não foram traduzidas? Quem decide o que deve e o que não deve ser traduzido? Castro aponta que estes questionamentos são muito importantes para a Tradução Feminista, que deve se mobilizar enquanto campo para respondê-los, levando em consideração que as reivindicações não são apenas por se tratar de textos escritos por mulheres, mas por serem trabalhos relevantes, ainda que sua relevância seja deixada de lado por imposição do patriarcado.

Castro (2009) também explica que precisamos observar o discurso teórico da Tradução de uma “perspectiva feminista”, não apenas pelas questões sociais, mas pelo valor potencial que essas leituras possuem na formação de profissionais. Como a autora afirma, “rejeitar a teoria implica negar a necessidade de uma crítica da realidade”, pois “o objetivo da estrutura teórica é ajudar a refletir sobre como melhorar a prática”, além de ajudar a “entender a dimensão da tradução e compreender os limites e liberdades envolvidos em sua prática”.

Como questão pessoal, é importante deixar claro que, apesar da escolha em marcar o feminino em nosso trabalho, houve uma certa dificuldade em romper o estigma de utilizar o masculino como forma generalizante. Acreditamos que seja relevante marcar esta dificuldade para demonstrar que a opção por uma abordagem feminista dentro da Tradução — especificamente em nosso caso, porém pode se aplicar a diversas áreas —, não é uma ação natural e de fácil aplicabilidade, o que não diminui sua importância, apenas corrobora o pensamento crítico daquelas que optarem por fazê-lo.

Em relação à escolha de nossa bibliografia, é importante explicitar que levamos em consideração a duração de um semestre letivo e uma disciplina de caráter mais introdutório para alunas com pouco ou nenhum conhecimento do assunto. Entretanto, como visamos propor uma base para a disciplina, nossa ficha apresentada no capítulo anterior pode ser reestruturada — assim como qualquer outra disciplina acadêmica — de acordo com a dinâmica da sala e o andamento das aulas. Portanto, optamos por basear nossa proposta de disciplina levando em consideração textos e autoras, em tese, canônicas da área, como Louise von Flotow e Olga Castro, com o objetivo de provocar na tradutora em formação — e por que

não, no tradutor em formação também — a curiosidade pela pesquisa e atuação profissional no campo da Tradução Feminista.

Neste sentido, nossa proposta têm um caráter um tanto quanto “eurocêntrico”, mas com abertura para propostas que se afastam deste viés. Nosso objetivo foi traçar, de modo abrangente, o percurso que uma disciplina de Tradução Feminista pode percorrer. Entretanto, dependendo da carga-horária da disciplina — que pode ser maior ou menor, conforme a perspectiva do curso — pode-se dar maior ênfase às abordagens periféricas ou sul global, incluindo a produção teórica e prática de países fora do eixo europeu e anglo-americano, com foco especial nas pesquisas feitas no Brasil.

Além disso, justificamos aqui a apresentação de alguns tópicos que não foram devidamente elaborados ao longo desta monografia. Primeiro, apresentamos em nossa hipótese inicial a possibilidade de um projeto de extensão sobre Tradução Feminista, visto que a extensão passou a ser um componente curricular obrigatório nos cursos universitários, mas não houve tempo cabível para trabalhar esta questão. Isso não impede, é claro, que em trabalhos futuro o tema seja abordado.

Outro ponto apresentado em nossa hipótese que sofreu modificação ao longo da escrita deste trabalho foi “a Tradução Feminista no contexto brasileiro”. Nossas pesquisas encontraram poucos trabalhos brasileiros em Tradução Feminista, mas esse tema merece uma maior investigação e aprofundamento, que não foi possível neste momento. Portanto, nossa solução foi a inclusão deste tópico em “Teorias Contemporâneas da Tradução Feminista”.

Em relação ao tópico de exercícios práticos de Tradução Feminista, que consideremos essencial para a disciplina, optamos por deixar livre para que a professora busque textos que melhor se encaixem na realidade sociocultural da turma. Os exercícios serão orientados para a aplicabilidade das categorias propostas por Von Flotow (1991), bem como para a reflexão e proposição de outras técnicas, e para o apagamento da linguagem patriarcal.

Por fim, concluímos este trabalho com a certeza de que há muito a ser estudado no campo da Tradução Feminista. Acreditamos que uma disciplina, ainda que optativa, sobre o campo seja um dos caminhos para que mais pessoas se interessem pelo tema e, conseqüentemente, produzam pesquisas sobre a Tradução Feminista. Em nossas futuras pesquisas, possivelmente na pós-graduação, pretendemos seguir com a investigação sobre o ensino da Tradução Feminista.

Referências

BATTISTAM, Laura Pinhata; MARINS, Liliam Cristina; KIMINAMI, Aline Yuri. Tradução como resistência e ativismo: práticas de Tradução Feminista no Brasil. **Revista Belas Infiéis**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-17, 2021.

BESSAÏH, Nesrine; BOGIC, Anna. Translating feminist texts on women's sexual and reproductive health. *In*: VON FLOTOW, Luise; KAMAL, Hala (org.). **The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender**. Nova York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (Org.). **Feminist translation studies: local and transnational perspectives**. Nova York: Routledge, 2017.

CASTRO, Olga. (Re)Examinando Horizontes En Los Estudios Feministas De Traducción: ¿Hacia Una Tercera Ola? **MonTI** 1, 2009, p. 59-86. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/MonTI/article/view/292140/380656>

CHAMBERLAIN, Lori. Gender and the Metaphorics of Translation. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 13, n. 3, p. 454-472, 1988.

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 579-586, 2013.

COSTA, Pâmela Berton; AMORIM, Lauro Maia. Além das tradutoras canadenses: práticas feministas de tradução ontem e hoje. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. v. 48, n. 3, p. 1227-1247, 2019.

COSTA, Patrícia Rodrigues. **A formação de tradutores em instituições de educação superior públicas brasileiras: uma análise documental**. Orientadora: Andréia Guerini. 2018. 446 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188094/PGET0372-T.pdf?sequence=-1>. Acesso em: 19 out. 2021.

FONSECA, Luciana Carvalho; DA SILVA, Liliam Ramos; SILVA-REIS, Dennys. Apontamentos basilares para os estudos da tradução feminista na América Latina. *Mutatis Mutandis*. **Revista Latinoamericana de Traducción**, v. 13, n. 2, p. 210-227, 2020.

GAMBLE, Sarah (org.). **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006.

GARCIA, Carla. Cristina. **Breve História do Feminismo**. Editora Claridade: São Paulo, 2018.

HODGSON-WRIGHT, Stephanie. Early Feminism. *In*: GAMBLE, Sarah (org.). **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006. p. 3-14.

SANDERS, Valerie. First Wave Feminism. *In*: GAMBLE, Sarah (Org.). **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006. p. 15-24.

SANTAEMILIA, José. Woman and translation: geographies, voices, identities. **MonTI**. Monografías de Traducción e Interpretación, n. 3, p. 9-49, 2011.

SCHÄFFER, Ana Maria de Moura. Sobre tradução feminista (ou de gênero?) no Brasil: algumas considerações. **Tradução & Comunicação**, v. 21, 2010. p.93 – 111.

SIMON, Sherry. **Gender in translation**. Routledge, 2003.

SNELL-HORNBY, Mary. **The turns of translation studies**. Benjamins Translation Library, v. 66, 2006.

TEIXEIRA, Lis Coutinho. **Nossos corpos, por nós mesmas**: linguagem inclusiva e o processo de tradução e adaptação do livro *Our bodies, ourselves*. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

THORNHAM, Sue. Second Wave Feminism. *In*: GAMBLE, Sarah (Org.). **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006. p. 25-35

VON FLOTOW, Luise. Feminist translation: contexts, practices and theories. **TTR: traduction, terminologie, rédaction**, v. 4, n. 2, p. 69-84, 1991.

VON FLOTOW, Luise. The strain of cultural transfer: A Brazilian critic of Canadian and other feminisms. **Perspectivas transnacionais**, p. 31-41, 2005.

VON FLOTOW, Luise. **Translation and Gender**: Translating in the 'era of Feminism'. Routledge, 1997.

VON FLOTOW, Luise; FARAHZAD, Farzaneh (org.). **Translating women**: Different voices and new horizons. Nova York: Taylor & Francis, 2017.

VON FLOTOW, Luise; KAMAL, Hala (org.). **The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender**. Nova York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020.

WALTERS, Margaret. **Feminism**: A very short introduction. Oxford University Press, 2005.